

# A importância dos investimentos públicos e privados no bem-estar das novas gerações brasileiras<sup>1</sup>

*The importance of public and private investment in the well-being of new Brazilian generations*

**Alan Araújo Freitas\*<sup>1</sup>**

**Palavras-chave:**

Bem-estar;  
Família;  
Mercado;  
Trabalho;  
Estado.

**Resumo:** O Estado pode contribuir para que as sociedades sejam pautadas pelo mérito individual, tal como é competente para diminuir a desigualdade social a partir de políticas públicas de orientação social (Esping-Andersen, 1990). Embora estes tipos de políticas existam no Brasil, o país não foi capaz de modificar o quadro de elevada concentração econômica. Isso ocorreu, em nossa avaliação, por existir um modelo de Estado social no Brasil de inclinação liberal, o que significa que não existe por aqui um sistema social de orientação universalista. Os modelos de Estados de bem-estar social, vistos ao longo do século XX, não foram suficientes, no Brasil, para modificarem as posições socioeconômicas dos brasileiros, devido à existência de um forte corporativismo e fisiologismo de algumas ocupações profissionais, que têm os seus direitos atendidos pelo Estado, e, também, por conta da alta significância da origem socioeconômica para o bem-estar social.

**Keywords:**

Well-being,  
Family,  
Market,  
Work;  
State.

**Abstract:** *The State can contribute to make societies based on individual merit, just as it is competent to reduce social inequality through socially oriented public policies (Esping-Andersen, 1990). Although these types of policies exist in Brazil, the country was not able to modify the framework of high economic concentration. This occurred, in our evaluation, because a liberally inclined welfare state model exists in Brazil, which means that a universally oriented social system does not exist here. The models of welfare States seen throughout the 20th century were not sufficient in Brazil to modify the socio-economic positions of Brazilians, due to the existence of a strong corporativism and physiologism of some professional occupations, whose rights are taken care of by the State, and*

---

<sup>1</sup> Recebido em 14/02/2022. Aceito em 04/06/2022.

\*<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [alansocius@gmail.com](mailto:alansocius@gmail.com).

*also because of the high significance of socio-economic origin for social well-being.*

## Introdução

**E**mbora tenham sido constatadas mudanças sociais no século XX, que levaram à formação de um *welfare state* no Brasil, esse Estado foi bem-sucedido para modificar a realidade social brasileira de elevada desigualdade social? Do ponto de vista do papel do Estado nesta mudança, o Brasil criou um modelo de Bem-estar social como visto em outros países? O efeito desse bem-estar social conseguiu solapar as desigualdades sociais relacionadas à origem social? Qual é o modelo de *welfare state* visto no Brasil? Liberal, Social-democrata ou corporativista? Existem no Brasil, como nas sociais-democracias, mecanismos que visam o bem-estar ou este é resultado dos investimentos particularistas por parte das famílias?

Deste modo, a hipótese central de análise propõe que o Brasil não foi capaz de se livrar das amarras do seu passado colonial, por isso não pode ser compreendido como um regime pleno de bem-estar social, devido à inclusão da população ao consumo de bens e serviços ter ocorrido de maneira corporativista em sua história recente de capitalismo, que se fez tanto pelo reconhecimento distinto, por parte do Estado, em relação a diferentes corporações de ofício, de benefícios e privilégios legais — sobretudo a partir das ocupações imperiais (Direito e Medicina) — quanto pela origem e pelos mecanismos de reprodução social entre as diferentes gerações.

A maior parte dos estudos sobre bem-estar social avalia a correlação entre *welfare state* e bem-estar individual ao modo macroestrutural, ou seja, captam o impacto da formação, intensidade e ideologia dos Estados sociais para os indivíduos e grupos sociais. São os casos de Malloy (1979), Przerworsky e Wallerstein (1988), Dribe (1989), Esping-Andersen (1990; 1991), Lipietz (1992), Fagnani (1997) e Medeiros (2001). Há também os estudos mesoestruturais que avaliam o efeito da origem Social para o bem-estar dos indivíduos, como realizado por Henretta e Campbell (1978; 1980), Rumberger (1983), Spilerman e Torche (2004), Torche e Spilerman (2009) e Torche (2015); e as análises microestruturais que avaliam a origem social a partir da posição social dos indivíduos no mercado de trabalho – ver Blau e Duncan (1967), Wright (1982), Goldthorpe (1983) e Ganzeboom e Treiman (1996). Assim, a primeira linha avalia a estrutura estatal, a segunda a familiar e a terceira, a individual. Propomos um modelo de análise que avalia simultaneamente a correlação entre bem-estar, mercado, Estado e unidade orçamental (unidade familiar).

Este trabalho está dividido da seguinte maneira: em um primeiro momento é reconstruído o paradigma do bem-estar, as correntes principais desenvolvidas, os autores mais citados, suas ideias básicas acerca da estratificação relativa a esta condição variável.

A partir de uma abordagem de origem-destino, com foco na mobilidade social, avaliamos a relação entre Estado, mercado e família — mais especificamente quais destas esferas determinam o bem-estar em maior medida. Em termos das informações necessárias para a construção do indicador, existem censos demográficos desde 1940 e microdados do IBGE desde a década de 1970 com esta categoria de informação. Existem também informações nas PNAD's e em Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF). Há também dados atualizados (2008) sobre Bens de Consumo Doméstico no Banco de Dados do Instituto do Milênio, de 2008. Os dados são provenientes da Pesquisa Nacional sobre Desigualdades Sociais, realizada pelo Centro para o Estudo da Riqueza e da Estratificação Social, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Essas informações foram utilizadas devido a um suplemento de dados que há na pesquisa do Milênio e permite avaliações intergeracionais; as informações dos pais dos chefes, entretanto, são menos detalhadas do que os dados dos chefes e cônjuges. Foram construídos indicadores com base no consumo de bens e serviços para responder sobre o grau de bem-estar dos brasileiros. A amostra contou com informações dos chefes das famílias e respectivos cônjuges, e com informações dos seus pais, o que permitiu uma abordagem intergeracional. A amostra analítica contou com 5.084 casos. Depois temos os resultados, e, por fim, são tecidas algumas conclusões e comentários finais sobre os resultados e novas propostas de estudos.

### **O bem-estar das famílias**

Se os modelos econômicos se modificam com os diferentes governos e a desigualdade entre os indivíduos se mantêm, significa que esta não se dá apenas em virtude do desenvolvimento econômico, mas, sobretudo, devido à posição histórico-social das famílias nas distintas sociedades, ao corporativismo das profissões e ao grau de tolerância das sociedades para com as sociais-democracias (Freitas, 2018). Nesse esteio, uma formulação teórica alternativa surgiu nas últimas décadas, sob a lógica de investigar o padrão de vida das famílias com foco nos investimentos realizados pelas próprias famílias nos seus herdeiros, visando assim mostrar a importância da origem socioeconômica das famílias para os seus membros (Spilerman, 2000, p. 2).

Se por um lado, a perspectiva do bem-estar não está na vanguarda do desenvolvimento teórico na área da estratificação social, também não está

totalmente ausente (Spilerman, 2000, p.6). Os escritos dos sociólogos urbanos britânicos Forrest e Murie (1989), Dunleavy (1979) e Saunders (1984) são provas de que o tema já fora abordado por outros autores (Spilerman, 2000, p. 6). Saunders (1984) argumentou que as clivagens no setor de consumo, no que diz respeito ao acesso à educação de qualidade e acesso aos cuidados de saúde, são fatores substitutivos das divisões socioeconômicas baseadas na produção (Spilerman, 2000, p. 6). Essas clivagens são vistas por Saunders não como meramente derivadas da organização da produção, mas relativas a fatores transversais ao mercado de trabalho, relacionadas com direitos sociais de segunda geração.

O uso do conceito "classe" com base no estado adquirido via credenciais foi criticado por Saunders (1984), que reconheceu a existência de uma conexão do seu conceito de estratificação com o processo de consumo (Saunders, 1978, p. 7; Spilerman, 2000, p. 3; Freitas, 2021). Weber (1978), em seu estudo dos sistemas de estratificação social, localizou o consumo em suas diferentes tipologias conceituais. Entretanto, a discussão de Weber é relativa à ideia de "estilo de vida", associada ao bem-estar (Spilerman, 2000, p.4). Desse modo, as contribuições materiais das famílias dizem respeito ao papel desempenhado pelos bens na replicação ou reprodução da desigualdade entre gerações (Spilerman, 2000; Freitas, 2021).

Para Weber, a classe com base na propriedade é um conceito mais abrangente do que a definição marxista de classe, por não se limitar às considerações de propriedade de bens de capital e por abranger, também, outros recursos das famílias. Diferente de Marx, para Weber a distribuição social não se dava a partir do Estado, mas ocorria no seio das famílias, mais especificamente nas Unidades Orçamentais. O conceito de Unidade Orçamental é interessante por reconhecer que, no final das contas, o Estado é um conceito abstrato e o núcleo da ação social só pode ser encontrado nos grupos sociais e nos indivíduos, antes de se encontrarem nas estruturas sociais, seja no Estado ou na economia (Freitas, 2021). O sugestivo conceito de "chance de vida" de Weber também se baseia em uma visão mais ampla das noções de oportunidades e de bem-estar econômico, não sendo remetido exclusivamente ao âmbito das recompensas ligadas ao *status* (Freitas, 2021). Embora Weber tenha definido as chances de vida de várias maneiras, relacionou consistentemente com a chance de possuir, na vida adulta, bens, status e uma boa condição socioeconômica (Weber, 1978; Freitas, 2018; Freitas, 2021). O que, nas palavras de Seymour Spilerman (2000), constitui-se como uma clara evidência das abordagens que avaliam o patrimônio material e o bem-estar das famílias (Freitas, 2021). Nesse sentido, esse autor colocou que houve tentativas de expandir a formulação do status econômico a partir da incorporação do patrimônio líquido e das transferências de riqueza nos novos modelos,

destacando-se, neste sentido, Henretta e Campbell (1978; 1980) e Rumberger (1983). Esses estudos são exemplos de análises de mobilidade social a partir do bem-estar, como também realizado posteriormente por Spilerman e Torche (2004), Torche e Spilerman (2009), Torche (2015) e Freitas (2021).

Grosso modo, esses autores chamaram a atenção para a importância da origem socioeconômica para o bem-estar social. A seguir, avaliamos a importância do Estado no contexto da desigualdade social. Existem, assim, três diferentes dimensões que se complementam e formam a estratificação social: o mercado, a família (um exemplo de unidade orçamental) e o Estado, que se somam às características individuais como os traços físicos, de personalidade, as aptidões e capacidades.

### **Estado do bem-estar social**

A terminologia alemã *Sozialstaat* é utilizada desde 1880 para descrever as políticas de Otto Von Bismarck, na Alemanha. Max Weber viu o desenvolvimento da burocracia estatal como uma nova forma de ordenamento social, mas foi no início do século XX, entre os anos de 1920 e 1939, que foram vistos os primeiros desenvolvimentos de estudos sobre a então incipiente noção de bem-estar. Hugh Dalton, um pouco depois, argumentou que a concentração de renda deveria ser vista como um entrave ao bem-estar das sociedades e não como uma condição natural — resultado de uma “mão invisível” —, como defendido por Adam Smith. Dalton, numa linha progressista, buscou entender como o produto interno bruto ou como a capacidade econômica de uma nação influenciava, de fato, a vida dos indivíduos. E concluiu que, sob pressupostos “welfaristas”, quanto maior fosse a proximidade entre produto interno bruto (PIB) e bem-estar social, mais igualitária seria a sociedade.

Nos anos 1990, um sociólogo sueco definiu o bem-estar social como uma forma de “capitalismo assistencialista” e o dividiu em três grandes modelos. Esping-Andersen defendeu que o *welfare state* é uma consequência da luta de classes, neste sentido, está relacionado ao poder de mobilização da classe trabalhadora. Andersen propôs, a partir de uma análise comparativa internacional, três regimes de bem-estar social: a) Liberal; b) Conservador-corporativo e c) Social-democrata (Vazquez, 2007, p.8). No primeiro caso, o Estado garante assistência apenas para os indivíduos marginalizados que não conseguem se auto-sustentar; nesse modelo existe uma baixa carga tributária e não há universalidade dos direitos sociais; bons exemplos são os EUA e a Austrália. Os países liberais são aqueles nos quais os movimentos dos trabalhadores são fracos politicamente, com predomínio do individualismo e o estímulo à auto-sustentação por meio do mercado (Vazquez, 2007, p.9). Nesse

modelo, é alta a estratificação social e baixa a desmercantilização do bem-estar.

O segundo modelo visa conter o avanço socialista e estratifica os indivíduos pela proteção social, com base nas ocupações profissionais. A construção de sistemas de seguridade social diferentes para as diferentes classes e ocupações profissionais visa manter as diferenças sociais entre os trabalhadores (Vazquez, 2007, p.9). Os regimes corporativistas são influenciados pela Igreja e comprometidos com a tradição familiar. A estratificação do sistema de proteção social é alta e o nível de desmercantilização é baixo, associado ao trabalho. Os principais exemplos são: França, Itália e Alemanha (Vazquez, 2007, p.9).

No último modelo, o social-democrata, os benefícios sociais são universais e visam a igualdade de *status* de cidadania (Vazquez, 2007,p.8). Nesse modelo, o Estado assume a função social em substituição ao mercado e à família. Os benefícios sociais são generosos e assegurados como direito pelo Estado, desvinculados de contribuição ou comprovação de necessidade (Vazquez, 2007, p.11). É o modelo com o maior grau de desmercantilização e o menor grau de estratificação social, já que as políticas sociais visam emancipar o indivíduo do mercado, (Vazquez, 2007, p.11). Alguns exemplos de países com este modelo são: Dinamarca, Noruega e Suécia.

### **Bem-estar social no Brasil?**

Os primeiros impulsos de um Estado do bem-estar no Brasil ocorreram nos anos 1920, com vistas a controlar possíveis insurgências por parte dos trabalhadores. O *welfare state* surge, assim, como uma estratégia do Estado para se blindar contra possíveis revoltas populares, diante do avanço dos ideais socialistas. A partir dos anos de 1930, o *welfare state* brasileiro ganha contornos mais nítidos a partir da implementação de políticas sociais de caráter conservador, a partir das quais os antagonismos de classe passam a ser vistos como um problema para o Estado (Medeiros, 2001, p. 9). A ausência de organizações de trabalhadores com poder de barganha ao longo de um processo de industrialização tardio desenvolve lacunas de poder apropriadas pelo Estado, como nos casos avaliados por Esping-Andersen em 1990.

O período do Estado-Novo, entre 1937 e 1945, é conhecido por ser também o período da passagem definitiva de uma sociedade de base agrária para uma sociedade urbano-industrial (Medeiros, 2001, p.12). O Estado de bem-estar social brasileiro não pode ser entendido do mesmo modo que os *welfares* vistos em outros países e avaliados por Przerworky e Wallerstein (1988), Esping-Andersen (1990; 1991), Lipietz (1992) e outros.

O *welfare state* no Brasil teve como objetivo central a regulação da força de trabalho em uma indústria não plenamente desenvolvida; apenas os grupos pertencentes ao núcleo capitalista da economia puderam se valer do compromisso de um Estado social. À medida que a indústria se expande e demanda maior volume de trabalho, aumenta também a inclusão dos outros grupos sociais (Medeiros, 2001, p.12). O Estado surge principalmente como uma instância regulatória do trabalho ou ainda como um controlador, via corporações, das vias de mobilidade social, como no modelo corporativista antecipado por Esping-Andersen (1990), visto na França e na Alemanha.

Entre 1945 e 1964, o Brasil viveu a sua fase democrática populista, de acordo com Malloy (1979, p. 81) e Medeiros (2001, p. 14). Segundo esses autores, embora o Brasil tenha adotado um regime democrático, neste período, boa parte das estruturas corporativas desenvolvidas anteriormente permaneceu incólume, sobretudo no que diz respeito às relações de trabalho e previdência social (Malloy, 1979, p. 81; Medeiros, 2001, p 14).

Em relação à Previdência Social, os problemas da unificação administrativa, da universalização e da uniformização de benefícios e serviços constituíram-se na tônica do período; na área de saúde, estiveram em evidência as questões ligadas ao combate às doenças de massa e à ampliação da assistência médica; no setor do trabalho, as lutas sindicais e a política salarial mobilizaram as atenções dos poderes públicos; no que diz respeito à educação, foram a democratização do ensino e a qualificação profissional os aspectos que assumiram maior relevância; finalmente, a constatação da existência de um expressivo déficit habitacional fez com que a habitação passasse a ser encarada também como uma questão social (Barcellos, 1983, p. 11; citado por Medeiros, 2001, p. 10).

De acordo com Draibe (1989), o período apresenta avanços com o processo de centralização institucional dos programas e esquemas de proteção social (Medeiros, 2001, p. 10). Entretanto, no que se refere aos benefícios concedidos, é possível dizer que há um padrão segmentado/estratificado, heterogêneo e fragmentado, podendo ser possível afirmar que o seu caráter redistributivo de bem-estar social foi diminuído em comparação aos países avaliados por Esping-Andersen (1990), como visto em Medeiros (2001, 10).

Além da limitação em termos dos grupos atendidos, a seguridade social baseava-se mais em um sistema de redistribuição horizontal (entre indivíduos de um mesmo grupo) do que de redistribuição vertical (entre diferentes grupos). Uma das razões para isso eram os critérios de elegibilidade e provisão de benefícios. Uma parte significativa dos programas (em especial os que não possuíam caráter assistencialista) pressupunha a concessão de benefícios na medida da

contribuição prévia para o sistema, tratando-se obviamente, de um mecanismo incapaz de romper a inércia das desigualdades (Malloy, 1979, p. 56; citado por Medeiros, 2001, p. 11).

A partir de 1964, o sistema de proteção social é consolidado, fato que foi acompanhado por mudanças na estrutura das instituições e das políticas públicas sociais do período que perdurou de meados da década de 1960 até a metade da década de 1970, devido à crise financeira do petróleo, que abalou o modelo de *welfare estate* de boa parte das nações. Especificamente no Brasil, neste período, muitas regras do Estado Novo são retomadas de modo a contribuir para o desenvolvimento de um Estado militarizado. O progresso social na época militar é derivado do crescimento econômico e de metas fiscais, deste modo, só existe se houver anteriormente uma condição econômica (Medeiros, 2001, p. 14). O modelo de crescimento adotado pressupunha a necessidade de se acumular renda para garantir as bases do crescimento, e a redistribuição dessa renda aconteceria por efeito *trickle down*<sup>2</sup>. Foi neste período que foram implementadas políticas de massa de ampla cobertura, por via da organização dos sistemas nacionais públicos regulados pelo Estado e associados aos serviços sociais básicos (Medeiros, 2001, p. 14).

A partir de uma variante de Titmus, o *welfare estate* brasileiro foi compreendido por Draibe (1989) como meritocrático-particularista-clientelista, entre as décadas de 1970 e fins da década de 1980. Tipos meritocráticos agem como mecanismos de estratificação social à medida que definem políticas específicas para grupos específicos (Medeiros, 2001, p. 17).

Como a seguridade não é estendida indiscriminadamente a todos os indivíduos de uma sociedade, os tipos meritocráticos são também particularistas. Tipos meritocráticos-particularistas tendem, no limite, a reforçar as desigualdades preexistentes, tendo se em vista que indivíduos com maior dificuldade para satisfazer a suas necessidades são também indivíduos com menor capacidade para contribuir para o sistema de seguridade (Medeiros, 2001, p. 18).

O início da Nova República foi acompanhado por avanços na área da política social: houve o crescimento da atividade partidária e também dos sindicatos, como o aumento da participação popular na política (Medeiros, 2001, p. 17). Paradoxalmente, foi observado, no mesmo período, a retração e o desmantelamento das políticas sociais; alguns dos principais fatores motivadores sendo a crise econômica, a utilização eleitoral das políticas

---

<sup>2</sup> *Trickle-down* é um tipo de política que visa diminuir a carga tributária das famílias ricas em troca dessas, supostamente, diminuírem o desemprego e contribuir para o crescimento econômico. Em outras palavras, os benefícios aos ricos chegariam a todos os demais estratos socioeconômicos.



sociais e a falta de apoio político das classes médias e da elite (Medeiros, 2001, p. 17).

As mudanças ocorridas entre 1985 e 1988 são denominadas por Fagnani (1997, p.214) de estratégia reformista, que se caracteriza pela crítica à centralização institucional e financeira do sistema. Para Fagnani, os diversos planos de ação governamental instituídos nesse período priorizam o resgate da dívida social, rejeitando a sujeição das políticas sociais às medidas de ajuste macroeconômico. Os principais impulsos reformistas do Executivo Federal, sobretudo no biênio 1985/1986, foram o reforço dos programas emergenciais no campo da suplementação alimentar, a incorporação da reforma agrária e do seguro-desemprego na agenda governamental e a instituição de grupos de trabalho e comissões setoriais. (Draibe, op. Cit., p. 216). No legislativo a principal medida foi à promulgação da nova Constituição em 1988. Entretanto, afirma Fagnani (1997, p. 220), esses impulsos foram seguidos por um esvaziamento da estratégia reformista no período compreendido entre 1987 e 1992. A partir de 1993, entretanto, surgem inovações nas políticas sociais brasileiras. A descentralização das políticas, a articulação de fato entre os diferentes programas e a parceria entre governo e movimentos sociais foram inovações que permitiram a redução das práticas clientelistas, distanciamento das políticas assistenciais e continuidade dos programas (Medeiros, 2001, p. 20).

Os países industrializados, o *welfare state* cumpriu uma importante função de regulação da demanda integrada (Medeiros, 2001, p. 21). Enquanto nos países de industrialização avançada a geração de demanda se deu pelo aumento da capacidade de consumo das famílias e pelos gastos sociais do governo, não há evidências de que este tenha, de fato, sido o papel do *welfare state* brasileiro (Medeiros, 2001, p. 21).

O caráter redistributivo do *welfare state* brasileiro foi comprometido: primeiro, pela elevada segmentação da sociedade resultante de um modelo de desenvolvimento concentrador; segundo, pela ausência de coalizões entre trabalhadores industriais e não industriais; e terceiro, por uma burocracia com baixos níveis de autonomia em relação ao governo. As políticas sociais são estruturadas com base em princípios de autofinanciamento; e distribuídas por critérios particularistas, o que não apenas limita o universo de beneficiários como também torna os gastos sociais extremamente regressivos (Medeiros, 2001, p. 21).

A conclusão central de Medeiros (2001) é que o caráter redistributivo das políticas sociais foi comprometido por um modelo econômico concentrador, pela ausência de coalizões entre trabalhadores industriais e não industriais e devido

a uma baixa autonomia da burocracia frente aos governos. Por esses motivos, nada leva a crer que tenha existido uma ruptura, nos anos 1990, de trajetória em direção a um modelo de desenvolvimento mais igualitarista (Medeiros, 2001, p. 21).

### Testes empíricos

A seguir são testadas três hipóteses confirmatórias das questões de pesquisa. Hipótese 1: a meritocracia que há no Brasil possui traços e características particularistas. Hipótese 2: o *background* e o investimento familiar definem em maior proporção o bem-estar. Hipótese 3: não houve mudança em aproximadamente cinquenta anos na divisão do bem-estar social no Brasil.

*Hipótese 1:* A meritocracia que há no Brasil possui traços e características particularistas.

No sentido de avaliar a hipótese de que a meritocracia no Brasil é proveniente dos investimentos particulares das famílias, são, por ora, testadas as seguintes hipóteses: os indivíduos oriundos das instituições particulares de ensino básico e médio tendem a manter o bem-estar dos seus pais devido ao investimento em educação escolar por parte das suas famílias. A seguir prosseguimos com o objetivo de mostrar que o Brasil possui um modelo de bem-estar social baseado no particularismo das suas relações sociais.

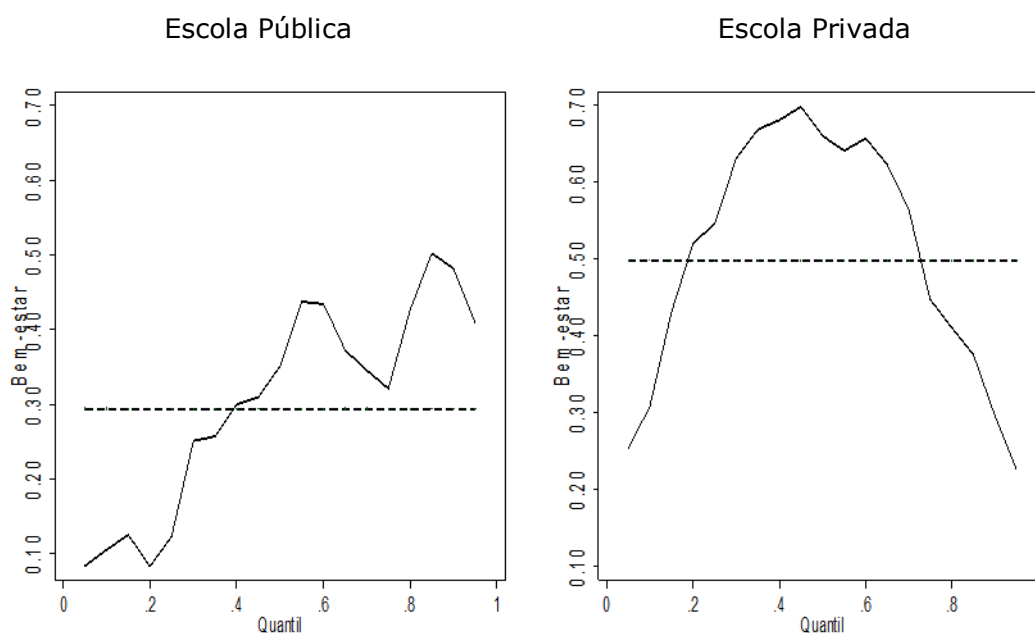
Embora o Estado ofereça educação pública a todos os grupos sociais, é visto na prática que aqueles indivíduos com mais recursos não utilizam o serviço. Da mesma forma, os indivíduos provenientes de famílias que não podem fazer este tipo de investimento ficam à mercê do Estado social e, por isso, tendem a possuir, no futuro, um bem-estar socioeconômico inferior ao dos alunos provenientes das escolas básicas privadas, reforçando a tese de que o Brasil possui um modelo de meritocracia com um claro viés privatista. No Brasil, o bem-estar não é fomentado por um Estado de bem-estar social, mas pelos investimentos, por parte das famílias, nos seus herdeiros, e das empresas nos seus empregados.

O Estado social brasileiro não foi capaz de alterar as bases sociais históricas provenientes da formação cultural e econômica do país, pois não modificou as diferenças sociais existentes entre as distintas famílias. O Brasil nunca se aproximou de um regime de social-democracia e muito menos de um regime socialista, e isso fica claro pelos testes realizados.

A seguir, no gráfico 1, avaliamos os traços e as características particularistas que existem no caso brasileiro. Deste modo, comparamos alunos oriundos da educação pública (estadual) e das redes privadas (ensino

particular), com o intuito de comparar os resultados de bem-estar social entre eles. O eixo (y) mostra a variação do bem-estar e o eixo (x) mostra a variação dos estratos socioeconômicos, do menor até o mais elevado. Ao comparar amostras do bem-estar dos chefes de famílias oriundos de escolas públicas e particulares, foi vista a seguinte correlação: os valores para a escola pública registraram uma interação média entre pais e filhos na casa dos 35%, já os escores para oriundos das escolas particulares foi de 66%. Em termos medianos, os valores foram de, respectivamente, 29% e 50% para pública e particular. Deste modo, fica claro que o bem-estar é, antes de tudo, resultado do investimento em capital humano por parte das famílias.

**Gráfico 1** - Chefes de famílias oriundos de escolas públicas e privadas



**Fonte:** Silva (2008)

*Hipótese 2:* O *background* e o investimento familiar em educação escolar influenciam os resultados de bem-estar social

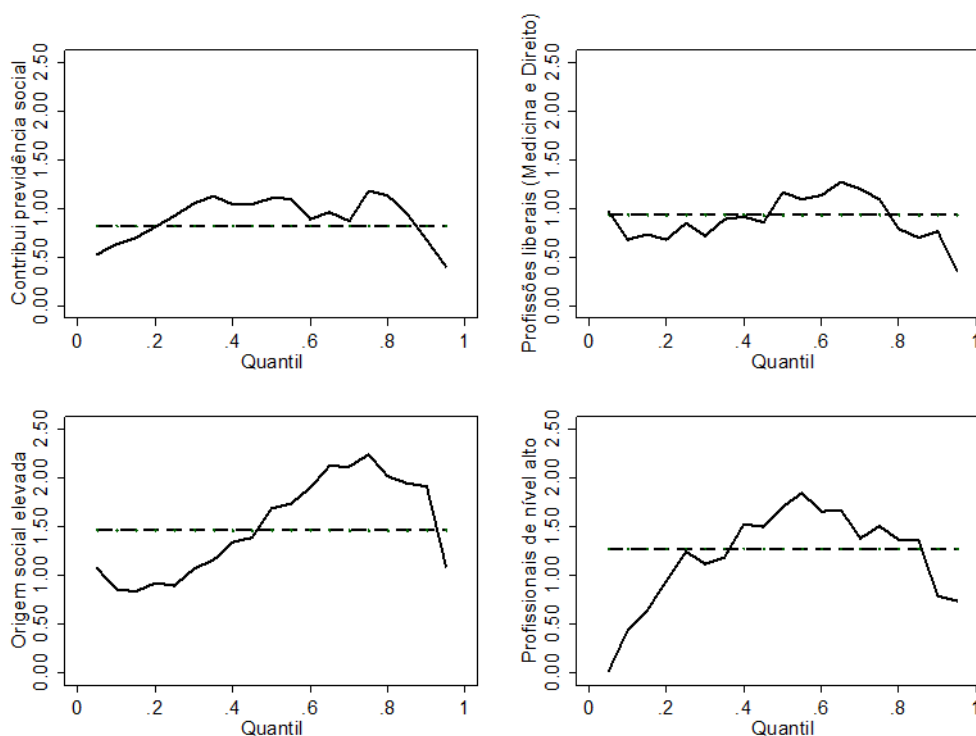
Nos gráficos a seguir, comparamos a significância estatística de três importantes fatores relacionados ao bem-estar social dos indivíduos e de suas famílias. Em primeiro lugar, avaliamos a correlação entre previdência social e bem-estar; em segundo lugar, a correlação entre ocupação e bem-estar; em terceiro, a relação entre origem social e bem-estar. O primeiro gráfico mostra a relação entre contribuição para a previdência social e bem-estar. Contribui ou

contribuiu para a previdência social é a variável independente, e bem-estar é a variável dependente.

Vemos<sup>3</sup> que o peso de ser proveniente de uma família de elevado bem-estar social é o fator com maior significância estatística entre todos os fatores avaliados. O fator ocupacional também se mostrou significativo. Os profissionais de nível elevado, de acordo com o esquema de classes de John Goldthorpe, e os profissionais liberais também percebem um elevado bem-estar. Por último, estão os indivíduos que contribuem ou contribuíram para a previdência social, mas estes não figuram em ocupações de destaque e tampouco são oriundos dos estratos mais abastados. O cenário descrito a seguir demonstra que o bem-estar depende mais da origem socioeconômica e um pouco menos das políticas sociais de Estado, que não são suficientes para modificarem o cenário de reprodução social do privilégio, como veremos depois no gráfico 3. É possível ver, também, que o histórico e o poder corporativo das ocupações profissionais reconhecidas pelo Estado brasileiro são fundamentais na determinação do bem-estar social.

---

<sup>3</sup> As distinções EGP foram inicialmente desenvolvidas por Erikson, Goldthorpe e Porto-Carrero (1979) – na forma de um sistema de análise composto por sete classes, a partir de dados do ano de 1972 do “*Oxford Mobility Inquiry*”, condensados em três estratos de classe principais: Serviços, Intermediária e Trabalhadora.

**Gráfico 2** – Correlação entre bem-estar e fatores de Estado, família e Profissão

**Fonte:** Silva (2008)

**Hipótese 3:** Não houve mudança em aproximadamente cinquenta anos na divisão do bem-estar social no Brasil.

Com a finalidade de avaliar o grau de fechamento/abertura do Brasil, valemo-nos de uma técnica de análise de dados que avalia as informações por coortes de idades, interessante por viabilizar a mudança ou constância geracional (mobilidade<sup>4</sup> social) dentro de uma mesma amostra analítica. Quanto menor for a variação por coorte, menor é o grau de abertura social, e quanto maior, menor é o grau de fechamento.

Entende-se por mobilidade social a mudança na posição socioeconômica vista entre duas gerações familiares, por exemplo, pais e filhos ou outras. O gráfico seguinte consiste em avaliar a correlação intergeracional do bem-estar observado dos pais e dos seus respectivos filhos a partir de três diferentes indicadores: índice de bem-estar socioeconômico – construído com base no poder de consumo das famílias; índice socioeconômico internacional – ISEI<sup>5</sup>,

<sup>4</sup> A mobilidade pode ser ascendente, quando se sobe na escala, descendente, quando se cai ou pode existir estabilidade e constância na reprodução socioeconômica, o que significa que pais e filhos tendem a possuir um padrão de vida próximo, na fase adulta.

<sup>5</sup> Ganzeboom e Treiman (1996) forneceram um procedimento operacional para a codificação internacional com base no estatuto profissional previsto na Norma Internacional de

construído a partir de uma abordagem convencional<sup>6</sup> e da dominância<sup>7</sup>, em que é possível ver que existe uma maior associação entre origem e destino dos fatores ligados ao bem-estar socioeconômico.

Os modelos estatísticos com diferentes variáveis de controle mostraram um padrão de elevada constância no tempo, dentro do intervalo de confiança. Mesmo que existam oscilações no tempo, o padrão de desigualdade atinge o estado estacionário depois de passar por comportamentos transitórios, de diminuição e aumento. Dito de outro modo, não há mudança substantiva entre as gerações – via análise de coorte, no caso daqueles que estavam entre 25 e 35 anos de idade, a correlação um pouco mais baixa é devido à tenra idade.

Os valores próximos nas diferentes coortes de idades significam que não existem mudanças significativas no tempo, como esperado, o que reforça o argumento de que o modelo de Estado do bem-estar social, no Brasil, não foi capaz de acabar com as desigualdades sociais existentes desde o início da formação social do país. O gráfico de linhas mostra que, embora as correlações entre origem e destino não sejam próximas a cem por cento, são, por outro lado, consideráveis e elevadas e não modificam significativamente ao longo dos tempos, evidenciando constância no padrão de mobilidade social.

Foi visto que o Brasil se aproxima de países como EUA e Austrália, em termos da relação entre origem e destino, ambos acima dos quarenta por cento de correlação, apesar de o Brasil possuir uma elevada carga tributária, em média. Países sociais-democratas, como os países nórdicos, possuem taxas na faixa de quatorze por cento. Outros países como Itália, França e Alemanha, os corporativistas, ficam entre as faixas: Liberal e Socialdemocrata, ver Smits e Steendijk (2015).

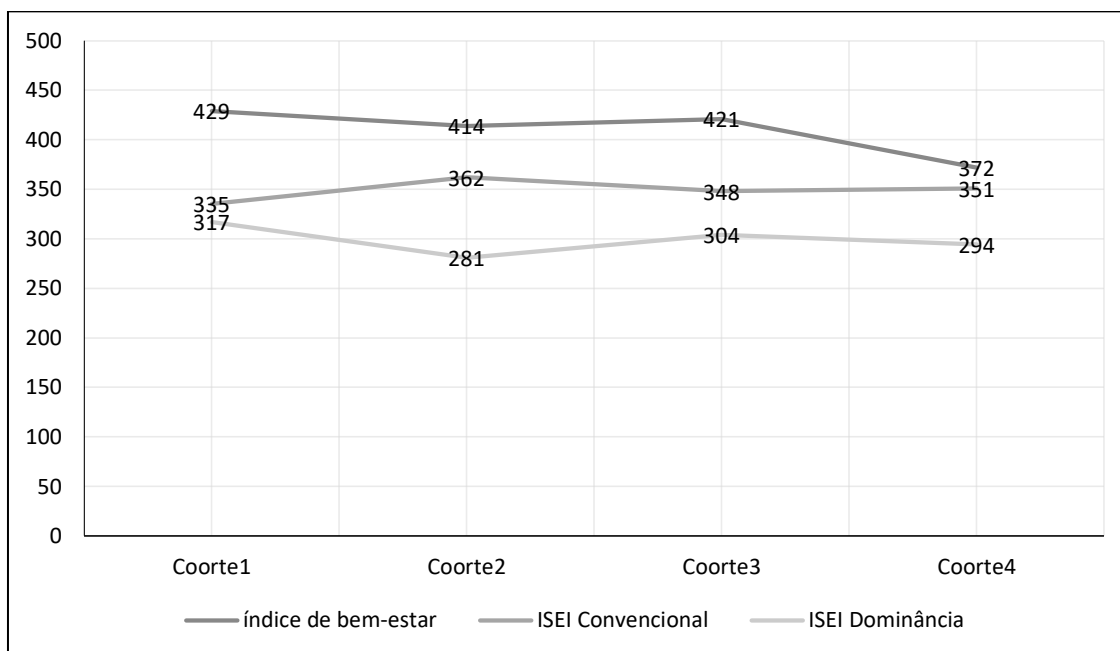
---

Classificação Ocupacional de 1988 (ISCO88), do Departamento Internacional do Trabalho (OIT, 1990).

<sup>6</sup> Significa tomar na análise a ocupação do homem.

<sup>7</sup> Significa tomar em análise a ocupação do cônjuge com maior status ocupacional.

**Gráfico 3** - Evolução por coorte de idade da associação intergeracional por três diferentes indicadores



**Fonte:** Silva (2008)

Legenda: Coorte 1 – 55-64, Coorte 2 – 46-54, Coorte 3 – 35-45, Coorte 4 – 25-35

## Conclusões e Discussão

Qual é o modelo de *welfare state* visto no Brasil? Liberal, Socialdemocrata ou corporativista? O efeito desse bem-estar social foi capaz de solapar as desigualdades sociais com base na origem social? Sobre a primeira questão, sigo a linha defendida por Draibe (1989), de que o Brasil possui um sistema de bem-estar social meritocrático-particularista-clientelista. É interessante salientar que o Brasil não se encaixa nos modelos de *welfare state* desenhados por Titmus e Esping-Andersen, que de fato tinham um claro foco no aumento do poder de consumo das famílias. No Brasil, durante a maior parte do século XX, o *welfare state* teve como objetivo regulamentar a vida ocupacional, no intuito de conter a mobilização proletária; desse modo, nunca houve Estado de bem-estar efetivo no país, conforme antecipado por Draibe (1989) e Medeiros (2001) e, por ora, avaliado empiricamente.

Sobre a segunda questão, a resposta é não. O Estado de bem-estar social visto no Brasil ainda não foi capaz de romper com as desigualdades associadas à origem social das famílias, por isto o bem-estar social visto não pode ser confundido com o bem-estar de uma social-democracia, por não haver a universalização ou a qualificação adequada de alguns direitos sociais básicos, como de uma educação para a liberdade, por exemplo. Um resultado não aleatório possível disso é a ausência de mudança social no longo prazo.

Os modelos de Estados do bem-estar social, vistos ao longo do século XX, não foram suficientes, no Brasil, para modificarem as posições socioeconômicas dos brasileiros, devido à existência de um forte corporativismo e fisiologismo de algumas ocupações profissionais, que têm os seus direitos atendidos pelo Estado, e, também, por conta da alta significância da origem socioeconômica para o bem-estar social.

A ausência de bem-estar social na infância pode implicar a falta de bem-estar socioeconômico na fase adulta. Esse fato ocorre em virtude de o bem-estar social, no Brasil, passar mais pelos investimentos das famílias em seus herdeiros, principalmente a partir da educação adquirida de maneira particularizada e a partir do mercado de trabalho, e menos pelo Estado providência, que desde a sua existência é clientelista e não universalista. Finalmente, o modelo de *welfare state* brasileiro pode ser compreendido como meritocrático-particularista-clientelista porque é dependente da profissão dos indivíduos, da capacidade de mobilização de recursos por parte dos indivíduos, e a contribuição social revertida em benefícios depende, sobremaneira, de contribuição prévia para a obtenção dos benefícios sociais.

### Referências bibliográficas

- BLAU, P; DUNCAN, O. D. 1967. *The American occupational structure*. New York: John Wiley & Sons.
- DALTON, H. 1920. The measurement of the inequality of incomes. *Economic Journal*, v. 30, pp. 348-461.
- DRAIBE, S. M. 1989. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: \_\_\_\_\_. *Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas – Políticas Sociais e Organização do Trabalho*. Brasília: IPEA.
- DUNLEAVY, P. 1979. The urban basis for political alignment: social class, domestic property ownership, and state intervention in consumption processes. *Br. J. Polit. Sci.*, v. 9, n. 4, pp. 409-443.
- ESPING-ANDERSEN, G. 1990. *The three worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press.
- ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. 1991. *Lua Nova*, v. 24, pp. 85-116.
- FAGNANI, E. 1997. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, pp. 183-238.
- FREITAS, A.A. (2018). Desigualdades do mercado ou diferenças familiares: da divisão social relativa ao patrimônio elementar. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.



- FREITAS, A. A. (2021). Bem-estar e estratificação social no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 22, pp. 196-221.
- FORREST, R E MURIE, A. 1989. Differential accumulation: wealth, inheritance and housing policy reconsidered. *Policy Polit.*, v. 17, n. 1, pp. 25-39.
- GANZEBOOM, H; TREIMAN, D. 1996. Internationally comparable measures of occupational status for the 1988 International Standard Classification of Occupations. *Social Science Research*, v. 25, n. 3, pp. 201-239.
- GOLDTHORPE, J. 1983. Women and class analysis: in defense of the conventional view. *Sociology*, v. 17, n. 4, pp. 465-488.
- HENRETTA, J; CAMPBELL, R. 1978. Net worth as an aspect of status. *Am. J. Sociol.*, v. 83, n. 5, pp. 1204-1223.
- HENRETTA, J; CAMPBELL, R. 1980. Status claims and status attainment: the determinants of financial well-being. *Am. J. Sociol*, v. 86, n. 3, pp. 618-629.
- INSTITUTO DO MILÊNIO. 2008. A dimensão social das desigualdades: sistemas de indicadores de estratificação e mobilidade social. CNPq.
- KEYNES, J. M. 1985. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural.
- LIPIETZ, A. 1992. *Towards a new economic Order: post-fordism, ecology and democracy*. New York: Oxford University Press.
- MALLOY, J. M. 1979. *The politics of social security in Brazil*. Pittsburg: University of Pittsburg Press.
- MEDEIROS, M. 2001. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. *Textos para Discussão IPEA*, Brasília.
- PRZERWORSKY, A, WALLERSTEIN, M. 1988. O Capitalismo democrático na encruzilhada. *Novos Estudos*, n. 22, out.
- RUMBERGER, R. 1983. The influence of family background on education, earnings, and wealth. *Soc. Forces*, v. 61, n. 3, pp. 755-773.
- SAUNDERS, P. 1984. Beyond housing classes. *Int.J. Urban Regional Res.*, v. 8, n. 2, pp. 202-227.
- SMITS, J; STEENDIJK, R. 2015. The International Wealth Index (IWI). *Soc Indic Res.*, v. 122, n. 1, pp. 65-85.
- SPILERMAN, S; TORCHE, F. 2004. Living standard potential and the transmission of advantage in Chile. In: Wolff, E. *What has happened to the quality of life in the advanced industrialized nations?* Northampton, MA: Edward Elgar, pp. 214-253.

- SPILERMAN, S. 2000. Wealth and stratification processes. *Annual Review of Sociology*, v. 26, n. 1, pp. 497-524.
- TORCHE, F; SPILERMAN, S. 2009. Intergenerational influences of wealth in Mexico. *Latin American Research Review*, v. 44, n. 3, pp. 75-101.
- TITMUSS, R. M. 1963. *Essays on the Welfare State*. Surrey: Unwin Brothers.
- TORCHE, F. 2015. Intergenerational mobility and gender in Mexico. *Social Forces*, Volume 94, pp. 563–587. *Social Forces*, V. 94, p. 563–587.
- VAZQUEZ, D. A. 2007. Modelos de classificação do Welfare State: as tipologias de Titmuss e Esping-Andersen. *Pensamento & Realidade*, v. 21, n. 1, pp. 42-59.
- WEBER, MAX. 1978. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Berkeley: University of California Press.
- WRIGHT, E. O et al. 1982. The american class structure. *American Sociological Review*, v. 47, n. 6, pp. 709-726.